

MARXISMO, GLOBALIZAÇÃO E CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Ary Ramos da Silva Júnior¹

Resumo: O marxismo, a globalização, a concorrência às transformações no capitalismo contemporâneo e seus impactos sobre o conceito de classe social.

Palavras chave: Marxismo; classes sociais; transformações; capitalismo; globalização.

O movimento marxista apresentou inúmeros defeitos, mas acreditamos que o maior deles foi acreditar que, sob o sistema capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas materiais entraria em contradição com as relações de produção vigente. Em outras palavras, o movimento socialista não percebeu o quão elásticas são as relações de produção capitalistas, o quão adaptável é o sistema, de modo que a dialética entre as relações sociais capitalistas e as forças produtivas da sociedade moderna desdobra-se de uma forma completamente diferente daquela do pré-capitalismo.

“No sistema pré-capitalista, as relações de produção eram rígidas, as instituições políticas e jurídicas eram quase imutáveis e se interpunham como barreiras ao progresso material. Nesse contexto, sim, o desenvolvimento econômico provocava freqüentemente fissuras no edifício institucional da sociedade, abrindo caminho para eventuais rupturas, levadas a cabo por indivíduos que encontravam terreno fértil para sua pregação” (HADDAD, 1998, p.13).

O desenvolvimento econômico, antes de ameaçar o sistema capitalista, o legitima, ampliando o grau de liberdade de seus gestores na costura de

¹ Economista, Mestre e Doutorando em Sociologia pela UNESP/Araraquara. Docente da FAC/FEA – CEP. 16015-280

acordos, alguns sólidos, outros mais frágeis, entre os diferentes agentes sociais. A luta de classes aguça, afrouxa, recrudescer e se volatiliza numa arena que é tão maior, e, portanto, permite movimentos menos circunscritos, quanto mais intenso é o grau de desenvolvimento da produção. Os limites do sistema são alargados constantemente. A liberdade de ação sofre constrangimento do ciclo econômico, mas as crises recorrentes, pelo menos até agora, não têm sido capazes de romper o que parece ser o mau infinito da acumulação capitalista.

A obra de Karl Marx indica a tese da pauperização das classes não-proprietárias, relativiza-a ao contemplar a possibilidade de que as lutas de classes provoquem efeitos distributivos; ao mesmo tempo que propõe a tese da proletarização das antigas classes sociais, aponta para a emergência e provável crescimento das camadas médias como fruto do desenvolvimento do sistema; ainda desnuda a lei tendencial de queda da taxa de lucro, admite sua inevitabilidade pelo barateamento dos meios de produção conseqüente do progresso técnico.

No plano institucional, é importante destacar que toda evolução, como a conquista do sufrágio universal, a criação da sociedade por ações, foram vistos por Marx como prenúncio da nova ordem socialista e não como aperfeiçoamento que vêm dar uma capacidade ainda maior ao sistema capitalista de se adaptar às demandas de ordem social e de ordem técnica. Essa deficiência da análise marxista pode ser considerada, não como limitação de seu método de investigação, mas a uma limitação do seu próprio tempo que não lhe permitiu comprovar em toda sua envergadura a negatividade da sua dialética.

Marx corretamente previu que o capitalismo destruiria até as muralhas da China, obrigando todos os povos periféricos ao sistema a adotarem, sob pena de perecimento, o modo burguês de produção. O sistema de produção capitalista ia mostrando sua força avassaladora, sua capacidade de submeter toda sociedade a seus ditames.

Toda demanda social de transformação cultural ou comportamental é satisfeita, não com o revolucionamento dos hábitos e costumes sociais, mas com a oferta abundante de mercadorias e a reedificação das consciências. O

caso mais eloqüente dessa mecânica, talvez seja o movimento de libertação sexual que, “vitorioso”, ao invés de gerar uma sociedade genuinamente erótica, deu ensejo a um duplo movimento de erotização do consumo de bens e de objetivação das relações sexuais, dessublimação repressiva que desemboca na indústria pornográfica. E o que aconteceu com a sexualidade é o paradigma para entender o que se passa com o lazer, a espiritualidade, a ecologia a que corresponde a indústria do entretenimento, a indústria da salvação, a indústria do turismo. O tempo livre, a alma e, quem diria, uma prótese de primeira natureza, tudo é insumo precioso na busca do lucro. Sob o pretexto de satisfazer as necessidades humanas, a parafernália capitalista não faz mais do que zelar pela sua perpetuação, rebaixando os homens a meios de sua própria conservação (HADDAD, 1998, p.17).

A solução desta questão não está nas reivindicações parciais, nos movimentos alternativos de protesto, mas continua valendo a máxima de que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”.

Poucas áreas do conhecimento alimentaram tanta discussão conceitual quanto às teorias de classes, desenvolvidas ao longo do século XX. Os burocratas, estatais e privados, foram acusados de compor uma nova classe dominante. Assim se passou também com os gerentes, os trabalhadores qualificados e os intelectuais. Criaram-se novos conceitos: White collar, trabalhador em escritório, nova classe média, tecnocracia, etc... Velhos conceitos ressurgiram: casta, oligarquia, etc... A um só tempo anunciaram a qualificação e a desqualificação de todo trabalho. Falou-se – às vezes, os mesmo teóricos, em momentos diferentes de sua trajetória – de uma nova classe operária, composta por técnicos e engenheiros, assim como uma não-classe dos não-trabalhadores, composta por aqueles que ocupavam posição precária no mercado de trabalho. Uniram o lumpem-proletariado ao exército industrial de reserva e apartaram-nos dos trabalhadores com emprego. Uniram, fundiram, liquidificaram, reclassificaram, tudo à maneira positivista, ou seja, ao bel prazer do pesquisador.

Tudo teve uma razão de ser, pois a realidade parecia desautorizar a

afirmação de que a época burguesa teria simplificado os antagonismos de classe. Como constatou Marx, no pré-capitalismo havia uma escala graduada de condições sociais. Em Roma, patrícios, cavaleiros, plebeus e escravos. Na Idade Média, senhores, vassallos, mestres e companheiros. Já no sistema capitalista, Marx via a divisão em apenas duas classes diametralmente opostas – a burguesia e o proletariado –; previsão que aparentemente não se verificou. Contudo, desenvolver uma teoria mais complexa não permite declará-la por ser mais fiel a uma realidade mais complexa; ela pode muito bem ser mais confusa, se lhe falta o método adequado.

O conceito de classe social em sentido pleno é corretamente definido, dentro do discurso materialista, pelas relações de distribuição que são expressão imediata das relações de produção. No momento em que Marx se refere às três grandes classes – trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários fundiários – não quer dizer que existam outras pequenas camadas dignas do nome classe. Marx usa essa denominação para se referir a outros grupos distintos dos três grandes, do ponto de vista da dinâmica do sistema, a ele só interessava estudar as tendências relativas ao comportamento daqueles grupos imediatamente ligados ao processo de reprodução material da sociedade. Esse é o motivo pelo qual Marx, apesar de prever o aumento numérico relativo dos serviços domésticos ou dos funcionários de Estado, não lhes dedica atenção especial. Ainda que assalariada, essa camada não vende sua força de trabalho diretamente ao capital, como é o caso dos trabalhadores da indústria (da fábrica e do escritório), do comércio e das finanças, e, como tal, não pertence, nem constitui propriamente uma classe social (HADDAD, 1998, p.19).

Marx faz ainda uma delimitação de cada classe, superior e inferior, onde o critério usado não pode ser outro senão o materialista. No limite superior, indaga até que ponto um trabalhador com alta patente e alta remuneração pode ser considerado membro do proletariado. Já no plano inferior, Marx indaga até que ponto o desempregado pode ser considerado membro do proletariado. A resposta para estas duas perguntas é: até o limite em que a diferença entre essas camadas e o trabalhador simples empregado,

determinada ou anulada pelo processo real de produção, é de tal ordem que ela se transforma em contradição.

O gerente que é assalariado, mas participa ativamente da gestão da empresa, da sua política de cortes e contratações, da sua política salarial, da formulação de seu organograma, etc... e que submete todas estas decisões ao princípio da maximização dos lucro. Esse indivíduo, não por suas disposições subjetivas, mas que pelo lugar que ocupa no processo de produção, como funcionário do capital, ainda que não proprietário dele, pertence à classe burguesa. Da mesma forma, o desempregado cuja força de trabalho não é mais útil ao capital, ou seja, cujas habilidades tornaram-se uma mercadoria sem valor, esse indivíduo, por não ter o que vender, nem a si mesmo, não pertence ao proletariado. O exército industrial de reserva, não obstante, pela expectativa de seus membros de ainda poderem vender sua força de trabalho na fase expansiva do ciclo dos negócios, compõem a classe dos trabalhadores assalariados. Conclui-se, portanto, que Marx coloca a rubrica de proletariado a massa de trabalhadores que vendia sua força de trabalho diretamente ao capital – industrial, comercial ou financeiro – e o exército industrial de reserva; e colocava sob a rubrica de burguesia os capitalistas, a alta gerência e os proprietários fundiários. (HADDAD, 1998, p.21).

Depois da Segunda Guerra Mundial, com as transformações do sistema capitalista, a ciência se transforma em um fator de produção. Marx foi o primeiro intelectual a falar da importância da ciência e da tecnologia no processo de acumulação capitalista, que dizia “...a burguesia só poderia existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção”.

Miglioli ressalta, que até hoje, para os trabalhadores dos países capitalistas, o sistema mais favorável foi o do intervencionismo econômico. Nesse caso, em geral, a burguesia não chega a estar enfraquecida, mas também não se sente segura no poder, e por isso precisa negociar para conquistar apoios ou evitar oposições; a negociação se realiza entre as próprias frações da burguesia e entre elas (ou algumas mais proeminentes) e as outras classes

ou camadas sociais, e envolve desde consultas diretas até outros procedimentos políticos, como debates parlamentares, campanhas partidárias, etc. num jogo de avanços e recuos. Nesse processo, os detentores do poder de Estado se vêem obrigados, às vezes, a ceder, a fazer concessões, o que implica correspondentes intervenções do Estado em diversas áreas. Se os trabalhadores contam com boas condições (sindicatos e partidos fortes, movimentos sociais expressivos, um ambiente político interno ou externo favorável, etc.), então é nesses momentos que conseguem obter vantagens sociais (1996, p. 38).

Em 1850, Marx afirmou que à medida que a grande indústria se desenvolvesse, ainda que a posição do trabalho permanecesse, o último desenvolvimento da relação valor, a criação da riqueza efetiva não guardaria mais relação com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção, mas dependeria cada vez mais da situação geral da ciência, do progresso da tecnologia e da utilização da ciência na produção.

Marx citou alguns progressos científicos, tais como o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, os constantes progressos dos meios de comunicação e transporte, o surgimento dos grandes centros urbanos e o esvaziamento do campo, a supressão da dispersão dos meios de produção, concentrados e centralizados em grandes corporações, tudo foi visto e, de certa forma, antevisto por Marx, que poderia ser considerado um visionário, não fosse o rigor do método que lhe permitiu tais descobertas.

A ciência e a tecnologia passaram a fazer parte das empresas capitalistas, que criaram seus próprios Departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Essa modificação, que pode ser enfocada a partir de uma perspectiva interna à lógica do capital, contou, para seu pleno desenvolvimento, com fatores externos a ela, mas dela derivados.

A adoção de políticas keynesianas anticíclicas, que, contra o senso comum, permitiram o desentrelaçamento completo do processo de concentração e centralização do capital, o acirramento das disputas interestatais por matérias-primas e pelo capital financeiro que engordou os orçamentos de pesquisa científica dos programas militares e depois espacial, beneficiados ainda mais

pelo posterior advento da Guerra Fria, a universalização do ensino básico e, em seguida, nos países centrais, do ensino superior, público ou não, tudo isso preparou e adubou o terreno dessa transformação radical do processo de produção.

A transformação do processo produtivo não poderia deixar de trazer profundas conseqüências para a teoria das classes, pois com as mudanças surge uma classe associada à ciência, a classe dos cientistas, engenheiros, técnicos e consultores contratados pelo capital para promover um processo de inovação tecnológica e administrativa interno às empresas.

Essa classe se difere da categoria dos trabalhadores qualificados por várias razões: 1) o rendimento de um agente inovador, apesar da forma que assume, não é, a rigor, salário. Esse rendimento guarda algumas semelhanças com a renda fundiária; 2) a atividade inovadora, ao contrário do trabalho qualificado, não produz valor. O resultado da atividade de pesquisa e desenvolvimento se incorpora às mercadorias. Mas ela não é uma atividade produtiva, no sentido exato da palavra. Ela não produz mercadoria, embora funcione como promotora do aperfeiçoamento do processo de produção de mercadorias; 3) a atividade inovadora não tem relação com o tempo de trabalho, ou seja, o agente inovador, ao contrário do trabalhador qualificado, não tem jornada de trabalho; 4) O padrão de reprodutividade dessa força produtiva guarda mais relação com o antigo virtuose medieval do que com o trabalhador moderno. O processo de reprodução já não é anônimo.

A classe dos cientistas já soma milhões de pessoas no mundo, sendo, com isso, uma das classes que mais crescem. Não há uma única corporação importante no mundo que não conte com uma pequena ou grande legião de pesquisadores, cientistas, engenheiros e consultores. Numa das novas indústrias mais importantes, a indústria de softwares, encontramos-la em estado puro, cristalino, nesse caso, temos literalmente uma indústria sem operários, que a rigor, não produz valor. O preço de um software é pura renda do saber daqueles envolvidos na sua elaboração, renda que é rateada com o capitalista que adiantou os “salários” durante os meses ou anos que o projeto consumiu (HADDAD, 1998, p.27).

O saber, assim como a terra, só produz renda se seu uso for, por força de lei, excludente, pode-se dizer que o correlato moderno da velha cerca de arame farpado é a patente devidamente reconhecida. Sem a patente, o preço de um software cairia a zero, já que zero é a quantidade de trabalho socialmente necessário para reproduzi-lo. A patente, hoje, mais do que nunca, assim como a cerca ontem, são condições necessárias do capital. A elas o capital deve sua emergência e seu dinamismo (HADDAD, 1998, p.28).

Para Marx, a indústria capitalista se desenvolve por estágios. No primeiro a manufatura substitui a antiga organização feudal da indústria que, circunscrita a corporações fechadas já não podia atender à demanda que crescia com a abertura de novos mercados. Com a ampliação desses, a própria manufatura tornou-se insuficiente para satisfazer as necessidades que cresciam ainda mais. A grande indústria supera a manufatura, posteriormente, contudo, observa-se à emergência da superindústria capitalista, entendida como aquela que internaliza o processo de inovação tecnológica, que, finalmente, exponencia o desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação dos mercados numa escala nunca imaginada (HADDAD, 1998, p.28).

Em cada uma destas etapas corresponde uma etapa política distinta: manufatura e monarquia absoluta; grande indústria e Estado de direito representativo moderno. Quanto à superindústria, numa primeira fase, nos chamados anos dourados do capitalismo, a ela corresponde o Welfare State. A superindústria, inicialmente, é a base material que permite um avanço inaudito das conquistas do movimento sindical. Ela garante, pela riqueza que produz, a margem de manobra necessária para um compromisso de classe. Chegou-se a imaginar que o capitalismo poderia, pelo menos nos centros tecnologicamente dinâmicos, erradicar a miséria e até mesmo a pobreza. Por conta da pacificação do conflito de classe operada pelo Estado social, que a teoria de classes teria perdido suas referências empíricas. Mas, a superindústria neste período apenas esboçava seus primeiros movimentos. Se a grande indústria criou o mercado mundial, a superindústria acaba por destruir as bases nacionais sobre as quais ele se assentava, e, com elas, a base formal

do próprio Welfare State que ainda podia operar, por vários mecanismos de gestão, a socialização de suas “conquistas materiais”.

O movimento chamado de globalização, nada mais é do que um movimento peculiar de internacionalização da economia, movimento este ensejado pela superindústria. A base técnica deste processo é a telemática (junção do desenvolvimento das telecomunicações com o crescimento na área da informática), produto dileto do capitalismo superindustrial. A telemática faz crescer a escala ótima de produção de uma infinidade de mercadorias num ritmo muito superior ao crescimento dos mercados nacionais.

Como afirmou Avena:

“...a diferença da globalização contemporânea para as demais é que ela vinha acompanhada de um tremendo avanço tecnológico que, além de aproximar pessoas e nações diretamente, através dos avanços nas comunicações e na telemática, destruiu as possibilidades de manutenção de mercados regionais e de cartórios comerciais. O mercado tornava-se mundial” (1999, p.86).

Neste ambiente globalizado, estabeleceu-se uma competição desenfreada na qual a capacidade de reduzir custos mais rapidamente e conseqüentemente vender a preços menores tornou-se a regra número um do mercado.

O termo globalização é utilizado atualmente por intelectuais, políticos e empresários como se fosse uma palavra quase mágica, a chave de todos os problemas, a panacéia da sociedade contemporânea.

Segundo Alves, “A ‘globalização’ é algo inédito no percurso histórico da modernidade. Possui algumas peculiaridades que a distinguem de outros surtos de modernização planetária. É algo que se constitui, a partir da crise do capitalismo, que ocorre desde 1973, e que, sob o impulso da revolução científico-tecnológica, atinge notável impulso nas décadas de 1980 e 1990”.(1998,p.166)

O fenômeno da globalização é muito controverso, alguns autores consideram-no como uma nova fase do capitalismo contemporâneo, ao passo que outros o enxergam como uma decorrência da crise do capitalismo. Mas,

o que não se discute é que nos últimos anos o capitalismo mundial trouxe um desenvolvimento tecnológico jamais visto na história da humanidade.

Para Avena, “tomando de empréstimo as categorias hegelianas, a globalização era tese e antítese porque, ao mesmo tempo em que se afirmava mundialmente, trazia em si sua própria negação. Assim, ao estabelecer um modelo que, em prol de uma produtividade cada vez maior, introduzia tecnologia maciçamente, e, conseqüentemente, expulsava mão-de-obra de forma acelerada, o processo de globalização trazia em si mesmo o germe de sua destruição. Em última análise, toda essa imensa produção não seria acompanhada de um nível de demanda satisfatória, já que as grandes hordas de desempregados, geradas pelo próprio sistema, não teriam salário nem recursos para viabilizar o consumo” (1999, p.87).

Alves acredita que “o impulso a tais determinações estruturais é dado pelo desenvolvimento contínuo de novas tecnologias de comunicação e de transportes – a revolução científico-tecnológica, que ocorre desde a década de 70, com impactos decisivos nas esferas da sociabilidade humana”.(1998, p.166)

Marx apreendeu, já no século XIX, quando a internacionalização do capital surgia com vigor, alguns traços essenciais que hoje como globalização ganham contornos notáveis.

A política interestatal de formação de blocos ou mercados comuns bem como a política interempresarial de fusões e aquisições passa a ser um imperativo da própria dinâmica da acumulação. Por outro lado, a telemática permite, pela capacidade de gerenciamento e monitoramento que propicia, a descentralização da produção dos componentes de um determinado bem por diversos países, reeditando uma nova versão da lei das vantagens comparativas, que favorece a terceirização e a acumulação flexível internacionais, práticas que surgiram no extremo Oriente, na década de 1950, e que hoje se generalizam.

A produção no capitalismo contemporânea concentra nos países ou regiões que oferecem salários baixos e pouca proteção social para seus trabalhadores a produção de componentes menos sofisticados, de modo que

é muito conveniente para o capital que a formação de blocos econômicos contemple a participação de países ou regiões com essas características.

Utilizam-se, mais do que nunca as tecnologias de redução do tempo, buscando, desse modo, aumentar o giro do capital, objetivo supremo do sistema produtor de mercadorias. A ordem é, portanto, economizar tempo, para o capital girar mais depressa e produzir mais lucros.

Para Karl Marx, a integração dos mercados era uma criação dos capitalistas para aumentar sua riqueza. A expansão dos sistemas de sociedades anônimas permitia, pela emissão de ações, financiar vultosos projetos com recursos das classes médias e dos banqueiros. Para a burguesia, o que contava era o mercado mundial. De acordo com as palavras de Marx, “pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e o consumo em todos os países [...] As novas indústrias não empregam mais matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo [...] Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto a produção material como a produção intelectual” (MARX apud BARBOSA, 2001, p.28).

Com o aumento da concorrência internacional, a redução da quantidade do tempo – e, portanto, da quantidade de trabalho, contido na produção das mercadorias – torna-se o fulcro da produção capitalista. Ela pode significar custos mais baixos e maiores lucros. E não importa se a lógica da redução do tempo implique em redução de homens no processo produtivo (ou seja, desemprego). É por isso que pode-se dizer que, sob o sistema produtor de mercadorias, “o tempo é tudo, o homem é nada – quando muito, é a carcaça do tempo (MARX apud ALVES, 1998, p.168).

A telemática permite ainda a integração total dos mercados financeiros do mundo, gerando um mais fácil e especulativo processo de financiamento da dívidas públicas internas que custearam, no período anterior, os gastos militares e sociais do Primeiro Mundo e os gastos com a industrialização do Terceiro Mundo semiperiférico.

É importante salientar, que há uma coalizão entre a classe dominante e a classe dos agentes inovadores, de um lado, e a classe dos trabalhadores e dos desclassificados, de outro. As duas primeiras se beneficiam imediatamente do avanço tecnológico nos moldes capitalistas: a primeira através da apreensão do lucro extraordinário, e a segunda através da estabilidade e dos privilégios (status, maior renda, etc) que o processo contínuo de inovação lhe garante. É muito comum, também, que muitos agentes inovadores que não encontrem exclusivamente nos departamentos de pesquisa e desenvolvimento, podendo ocupar, inclusive, postos de gerência, seja na área administrativa, seja na área produtiva. As outras duas categorias vêm nesse mesmo processo de inovação tecnológica, ou um estranhamento ou uma ameaça: quantos empregos uma nova máquina substituirá?; que novos produtos serão dados à percepção, mas não à fruição?; etc (HADDAD, 1998, p.33).

Destacamos ainda, a comunhão de valores entre a classe dos agentes inovadores e dos trabalhadores assalariados, de um lado, e entre a classe dominante e os desclassificados, de outro. No que se refere à liberdade, tanto os agentes inovadores quanto os trabalhadores estão subsumidos intelectual e fisicamente aos imperativos da acumulação de capital. Ao contrário, tanto a classe dominante quanto a dos desclassificados gozam de uma certa liberdade. Estes últimos, por não terem nada, não tem nada a perder. Marx costumava dizer, com ironia, que o proletário é livre em dois sentidos: livre para vender sua força de trabalho e “livre” dos meios de produção. Mas eles não estão “livres” de um emprego. Os desclassificados estão “livres” até mesmo disso. De certa maneira, eles não têm problemas materiais porque não há soluções para eles. A classe dominante, num outro sentido, está igualmente livre desses problemas, mas por estarem todos solucionados. Trata-se de uma liberdade diferente, é claro. Não obstante, o resultado prático-moral da “liberdade” de que goza o lumpen e da liberdade de que goza o burguês é o mesmo: um descompromisso, tanto quanto possível, com as regras jurídicas e morais que garantem a coesão social, particularmente

às regras democráticas.

A teoria de classes proposta, portanto, embora mantenha, num plano mais geral, uma certa visão dicotômica que coloca proprietários, de um lado, e não-proprietários de outro, não deixa de assinalar, entretanto, a heterogeneidade que envolve esses últimos, dividindo-os em forças produtivas, forças destrutivas e forças criativas cuja unidade de perspectiva, ainda que possível, não está garantida automaticamente. E como nenhuma das classes não-proprietárias, na sua particularidade, carrega consigo interesses universais, a única forma de construção de um projeto alternativo de sociedade passa pela elaboração de um discurso comum que contemple as peculiaridades de cada uma, mas que as lance para além delas mesmas. Enquanto isso não se dá, o neoliberalismo nos coloca a mercê de novos tecnocráticos, autoritários ou fascistas, dependendo das forças sociais que a classe dominante consegue congrega.

Diante das transformações do capitalismo contemporâneo, que como Marx já tinha adiantado no século XIX, está trazendo uma desintegração social violenta, gerando desemprego estrutural, aumento da desigualdade, monopólios gigantescos em quase todos os setores da economia, desenvolvimento tecnológico, desintegração do trabalho, etc... Neste quadro constante de mudanças e instabilidades, a idéia de um conagraçamento universal de classe nos novos marcos políticos do capitalismo parece, a essa altura, pura fantasia.

SILVA JÚNIOR, Ary Ramos da. Marxism, globalization and social classes in the contemporaneous capitalism. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v.5, n.5, p.149-162, mar. 2003.

Abstract: Marxism, globalization, the competition to the transformations in the contemporaneous capitalism and their impacts on the concept of social class.

Keywords: Marxism; social classes; transformations; capitalism; globalization.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVENA, Armando. **A última tentação de Marx**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1999.

ALVES, Giovanni. A “globalização” como perversidade planetária do capital. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 3, 1p. 165-175, 1998.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado: política, sociedade e economia**. São Paulo: Contexto, 2001.

HADDAD, Fernando. **Em defesa do Socialismo: por ocasião dos 150 anos do manifesto**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MIGLIOLI, Jorge. Burguesia e Liberalismo: política e economia nos anos recentes, **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, 1996.